

## *Ad populandum*: toponímia e repovoamento no sul da Galiza alto-medieval\*

Paulo Martínez Lema<sup>1</sup>

Recibido: 4 de marzo de 2017 / Aceptado: 8 de enero de 2018

**Resumo.** No presente contributo propomos a análise de um corpus de topónimos galegos e portugueses baseados em gentílicos medievais que, por sua vez, dizem respeito a diferentes *terras* e *commissos* da Galiza nuclear e que, portanto, esclarecem algumas questões relativas ao processo de colonização daquelas terras situadas a sul do rio Minho nos sécs. IX e X.

**Palavras chave:** Toponímia; linguística histórica; história medieval; repovoamento.

### [en] *Ad populandum*: toponymy and repopulation in southern high medieval Galicia

**Abstract.** In this paper we propose the analysis of some Galician and Portuguese toponyms based on medieval demonyms which, in turn, refer to different Galician *terras* and *commissos* and which, therefore, clarify some questions related to the colonization process of the land on the south side of the River Minho in the 9th and 10th centuries.

**Keywords.** Toponymy; historic linguistics; medieval history; repopulation.

**Sumario.** 1. O contexto histórico: conquista, colonização, repovoamento. 2. Análise dos gentílicos toponimizados. 3. Conclusões. 4. Apêndices cartográficos.

**Cómo citar:** Martíne Lema, P. (2018). *Ad populandum*: toponímia e repovoamento no sul da Galiza alto-medieval, en *Revista de Filología Románica* 35, 141-165.

## 1. O contexto histórico: conquista, colonização, repovoamento

1.1. Embora escassamente estudado, o processo de colonização das comarcas do sul da Galiza e do terço setentrional do atual Portugal constitui, por motivos diversos, um dos momentos de maior destaque da nossa história alto-medieval. Trata-se de

\* Esta pesquisa foi realizada ao abrigo do *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* (ITGM), projeto de investigação desenvolvido no Instituto da Língua Galega (Universidade de Santiago de Compostela). Agradecemos aos professores Esperança Cardeira e Carlos Baliñas a sua pormenorizada revisão do texto e as valiosíssimas sugestões realizadas, que muito contribuíram para o seu aprimoramento.

<sup>1</sup> Instituto da Língua Galega. Universidade de Santiago de Compostela  
paulo.lema@gmail.com

um fenómeno de dilatação territorial e populacional que decorre durante a segunda metade do séc. IX e o primeiro quartel do séc. X, gerido por alguns dos grandes magnatas da Galiza transminhota e para o qual têm sido colocadas diferentes explicações (Baliñas 1994: 19-23). Seja como for, um dos tópicos mais recorrentemente ligados ao fenómeno em análise –e, ainda, ao conjunto dos processos expansivos aglutinados sob a denominação tradicional de *Reconquista* pela historiografia espanhola e portuguesa– é aquele que diz respeito ao termo *repovoamento* e o seu significado. Quanto a isto, importa esclarecer que, do ponto de vista da historiografia medieval mais recente, há tempos que esse conceito deixou de ser entendido em termos de preenchimento de áreas geográficas total ou parcialmente desabitadas na sequência da conquista muçulmana –o famoso *ermamento*–, vindo entretanto a prevalecer uma outra interpretação muito mais coerente com aquilo que a documentação coeva parece espelhar e que se prende, mais bem, com complexos processos de reorganização populacional, jurídica e até social e económica das terras conquistadas (Baliñas 1998: 98).

Nos primórdios do processo em causa, são aquelas comarcas do este e o sul da atual diocese de Lugo que apresentam um maior peso quer demográfico quer político-institucional no contexto do reino galaico-asturiano. Não admira, portanto, que tenham sido também magnatas provenientes dessas zonas aqueles que assumiram um protagonismo maior enquanto diretores e gestores do processo de colonização. Por sua vez, a Galiza atlântica só veio a integrar-se plenamente na estrutura político-jurídica do reino logo nas primeiras décadas do séc. IX. É por isso que veremos também aristocratas daquelas comarcas envolvidos no movimento colonizador, e até reminiscências toponímicas que parecem apontar para a participação ativa de contingentes populacionais chegados de algumas áreas da costa galega.

1.2. O processo de conquista, colonização e repovoamento –nos termos acima explicados– estendeu-se pelo vasto território compreendido, *grosso modo*, entre Ourense e Coimbra, ou entre os rios Minho e Mondego, seguindo fases e ritmos que Baliñas (1998: 98-103) sintetizou em três grandes períodos<sup>1</sup>:

(a) Entre 850 e 868, sob o reinado de Ordonho I (821-866), a área atingida pelo processo é aquela que se estende entre a desembocadura do rio Minho e a metade centro-ocidental da atual província de Ourense –a sul– e as terras do Bierzo e Astorga –a este–. Dentre os magnatas que aparecem a gerir a reorganização dessas terras ganham destaque nomes como Gatão, *comes* de Triacastela e responsável pela ocupação do Bierzo e da comarca asturicense; Afonso Betote, *comes* de Deça e envolvido no repovoamento de Tui e do Val Miñor; Odoário, *comes* de Castela, que coloniza o vale do rio Avia, a bacia do rio Tâmega e a vasta comarca da Límia; e, ainda, Hermenegildo Guterres, que exerceu a sua atividade também na área de Tui, bem como na terra de Caldelas.

(b) Entre 868 e 880, sob o reinado de Afonso Magno (852-910), é a área compreendida entre os rios Minho e Douro –a qual tinha historicamente pertencido ao complexo sócio-territorial e cultural galaico– que se torna alvo do processo de colonização, definindo-se duas linhas de penetração em sentido Norte-Sul que, em última análise, mais não são do que prolongamentos diretos daqueles vetores de expansão

<sup>1</sup> Ver também Soares (1981) e Sousa (2016: 46-88).

territorial implementados na fase anterior. Assim sendo, podemos reconhecer uma linha que, desde Tui e desde a margem direita do rio Minho, se interna pelos vales fluviais perpendiculares à faixa atlântica portuguesa; e uma outra que, desde Chaves, penetra nas zonas montanhosas de Trás-os-Montes e da Beira Alta. É neste segundo momento que deparamos de novo com Afonso Betote a repovoar a margem esquerda do rio Minho no seu troço inferior, mas também com o conde Odoário, protagonista da tomada desde Chaves em 872 e da colonização de Trás-os-Montes, como comentado acima. Da Galiza ocidental procedem Paio Peres, *comes* de Bergantinhos, que ocupa Braga, ou Vímara Peres, *comes* de Amaía, que conquista o Porto.

(c) Já entre 880 e 920 o processo atinge o seu zénite, com eventos marcantes como a tomada de Coimbra por Hermenegildo Guterres (878) e a de Viseu por Odoário de Castela (ca. 880-885), mas também começa a mostrar sintomas de esgotamento. Não é por acaso que os grupos populacionais provindos da Galiza são mais reduzidos, enquanto que começa a ser documentado o assentamento de colonos chegados doutras áreas do complexo político galaico-ásture-leonês, como Castela ou Álava. Em termos de geografia política e cultural, o Mondego torna-se fronteira meridional da Galiza, uma fronteira instável, exposta aos ataques muçulmanos e, portanto, submetida ainda a contínuos movimentos de avanço e recuo, mas que se manterá até à formação, logo no fim de dois séculos, do reino de Portugal.

1.3. Escusamos dizer que esta expansão para sul acarretou a deslocação de grupos de população que, chegados das comarcas nortenhas, se instalaram nas novas terras conquistadas. Um fenómeno deste género terá deixado –e na verdade deixou– rastros toponímicos mais ou menos reconhecíveis e duradouros, entre os quais alguns tão estreita e explicitamente ligados à própria ação repovoadora como os *gentílicos* ou *demónimos*, quer dizer, adjetivos denominativos baseados num topónimo pré-existente cujo referente era a área da qual aqueles novos habitantes eram oriundos. Já Fernandes (1968: 129) tinha realizado um primeiro recenseamento de vários casos do género –visando com eles recusar a tese de um pretenso repovoamento irradiado das terras a sul do Douro, indicando que esse material se encontra, no que a Portugal diz respeito, “quase tudo na Beira, mas também em Trás-os-Montes e na região interamnense, e sempre muito anteriores à Nacionalidade”. Mais adiante, e nomeadamente nos apêndices cartográficos que encerram este trabalho, teremos ocasião de esclarecer e apurar esse dado geográfico.

Assim sendo, debruçar-nos-emos sobre um corpus de dezoito corónimos respeitantes a diferentes distritos–e, em menor medida, aglomerados populacionais– da Galiza nuclear<sup>2</sup>, de maneira a analisarmos com algum pormenor aqueles gentílicos que as tais formas vieram a originar e que, pelo menos na imensa maioria dos casos, são explicáveis ao abrigo do contexto histórico e cronológico rascunhado acima. Ficam de fora, portanto, outros gentílicos que, embora tenham a ver também com deslocações verificáveis nessa época, indiciam um movimento populacional em sen-

<sup>2</sup> Quanto às formas hodiernas dos topónimos, resolvemos manter, para os itens galegos, aquelas formas coletadas e padronizadas no *Nomenclátor de Galicia* ([www.xunta.gal/nomenclator](http://www.xunta.gal/nomenclator)). Somos cientes de que este critério pode, com efeito, resultar discutível e melhorável, pois, no confronto da toponímia galega com a portuguesa, a sua implementação até pode vir a gerar duplicidades apenas justificáveis pelas diferenças decorrentes da utilização de padrões ortográficos próprios. No entanto, a decisão baseia-se apenas em fundamentos pragmáticos, só visando facilitar o reconhecimento dos topónimos, bem como evitar eventuais confusões no leitor.

tido Sul → Norte decorrente, ao que parece –mas não só–, da transferência de populações moçárabes para os reinos cristãos<sup>3</sup> logo nos primeiros séculos da chamada *Reconquista*. Ainda, ao focarmos estritamente a nossa atenção no quadro territorial da Galiza alto-medieval e das suas dinâmicas internas, resolvemos excluir do nosso corpus de trabalho uma série de etnotopónimos que se prendem, em princípio, com o assentamento de populações de origem extra-galaica, quer asturianas –como *Astur-reses*, *Estorãos*– quer basco-navarras –*Vascões*, *Vascós*, *Bascuas*– ou doutras procedências –*Marragatos*, *Foramontaos* / *Fermentões* (< \*FORAMONTANOS) etc.

## 2. Análise dos gentílicos toponimizados

2.1. *Asma* → *Armeses* (Maside), *As Maus* (Baltar, Bande, Muíños, Rairiz de Veiga, Vilar de Barrio), *As Maus de Salas* (Muíños)

O rio *Asma* nasce na Serra do Faro e, após percorrer o termo concelhio de Chantada, acaba por desaguar no rio Minho. Consoante a pauta que veremos repetida em vários dos topónimos analisados neste contributo<sup>4</sup>, foi no vale deste curso fluvial que veio a articular-se, em época alto-medieval, uma comarca bem definida em termos geográficos que ficou a ser conhecida pelo nome daquele rio que a atravessava. A denominação sobreviveu na de até quatro freguesias do concelho de Chantada<sup>5</sup> e numa do vizinho co. Carballedo. A forma *Asma*, enquanto hidrónimo, ocorre pela primeira vez num diploma em que é referida a igreja de *Sancta Marta que iacet inter Bubalo et Asma* (TCe 991). Já como corónimo, o primeiro testemunho de que temos notícia procede do célebre –e problemático– testamento do bispo Odoário de Lugo (747), no qual lemos a forma *nasue* (sic). Em documentação posterior lemos *Asma* (DEPA 832), *in terra Asma ecclesiam sancti Petri de Lincora* (DEPA 897) etc.

É a colonos provindos daquelas terras da margem direita do Minho que terá ficado a dever-se o topónimo *Armeses* (< \*ASMENSES). Os registos retirados do nosso corpus, muito regulares e homogêneos, confirmam esta hipótese: *Asmeses qui est in territorio Castella* (SMO 1102), *monasterio d'Asmeses* (CAR 1222), *uineam fratum de Asmeses* (CDO 1258), *Domingo Eanes d'Asmeses* (SMO 1312) etc. A propósito da evolução formal do topónimo, merece algum destaque a passagem [s] > [ʃ], explicável em termos de rotacismo –fenómeno, dito seja de passagem, muito comum na área geoletal em que o topónimo veio a fixar-se (Fernández Rei 1990: 57). A referência a um *Roy Gonzalez de Armesses* (SCR 1430) aponta para uma total estabilização dessa alteração já nos começos do séc. XV.

Idêntica motivação e semântica, embora com diferente sufixo, é que podemos assumir para a forma *As Maus* (< ASMANOS), na qual se produziu a deglutinação da sílaba inicial *As-*, interpretada como sendo a forma feminina plural do artigo determinado<sup>6</sup>, tendo sido assimilado o segmento *-manos* (> *-mãos* > *Maus*) ao subst.

<sup>3</sup> Topónimos como *Coimbrões* / *Cumbráns* / *Cumbraos* (< *Coimbra*), *Vixueses* (< *Viseu*), *Palmazões* (< *Palmaç*), *Espeses* (< \*HISPAN(I)ENSES, cfr. med. *Casal de Spaeses* Inq1220), porventura *Inceses* (< *Ançã*, ver Fernandes 2001: II, 131) etc.

<sup>4</sup> Consoante aos cálculos realizados por Baliñas (2006: 97-98), cerca de 25% do total dos territórios e condados da Galiza trasminhota no virar do segundo milénio tinham uma denominação hidrotponímica.

<sup>5</sup> A própria cabeça deste concelho aparece em diversos textos sob a denominação *Chantada de Asma*. Existiu também a freguesia de *Sayoane d'Asma* (SVP 1304), porventura a atual San Xoán de Laxe (co. Chantada).

<sup>6</sup> Apesar de escassos, podem ser invocados, como exemplos paralelos em que está envolvido o artigo feminino

*mao*, solução própria dos falares centro-orientais galegos para o lat. MANU ‘mão’ (ver §2.3). Estamos perante um tipo toponímico mais bem representado do que o anterior, concentrando-se os seus exemplos numa área relativamente compacta da atual província de Ourense. Mais uma vez, os testemunhos medievais são muito esclarecedores. A freguesia de Santa Baía das Maus de Salas (concelho de Muíños) ocorre como *Santa Marta de Asmanus*<sup>7</sup> (TCe 1024), *et determinat cum Asmanos et cum Germiati* (TCe 1096) etc. Por sua vez, o lugarejo das Maus da freg. San Xoán dos Baños (concelho de Bande) surge sob a forma *Asmanus* (TCe 1025). Importa notar que a remoção da sílaba inicial *As-*, junto com a sua plena identificação –até em termos morfossintáticos– com o artigo determinado, se terá produzido em época muito recuada, visto que aparece consolidado nos meados do séc. XIII. Esta é a conclusão que podemos extrair de sintagmas antroponímicos como *Petro Roderici das Maus* (SMO 1241) ou *Johan Perez das Maos* (SMO 1287), bem como das referências que para a freg. Santa Baía das Maus de Salas coligimos no testamento da aristocrata galega Estevainha Peres Faião (CMF 1250): *Mando Hospitale uilam de Manibus [...] et doule hunum casale qui habeo in fryguesia de Manus hoc dicunt de Fremosendam*. O interessante destes registos fianenses é que a latinização formal do topónimo atingiu apenas aquilo que se considerava como sendo o núcleo nominal do sintagma, tendo ficado entretanto excluído do processo o segmento inicial –plenamente identificado, portanto, com o artigo determinado romance.

Na freguesia de São Salvador de Estorãos (concelho Ponte de Lima) existe um aglomerado populacional conhecido como *Mãos*, para o qual Méndez / Navaza (2002: 525) aventaram a hipótese de se tratar de um cognato do tipo galego *As Maus*, com idêntico tratamento do segmento fónico inicial. Embora não seja totalmente descartável, o principal empecilho que enfrentamos para aderirmos a esta proposta prende-se com o facto de ser *Mãos* –em vez de um eventual *\*as Mãos*– a forma sob a qual este topónimo ocorre em contextos preposicionais, quer no registo oral quer no escrito. Aliás, a ausência de registos documentais antigos aconselha, por enquanto, a manter aberta a questão da origem deste item<sup>8</sup>.

## 2.2. *Banga* → *Bangueses de Abaixo* / *Bangueses de Arriba* (Verea)

A freguesia de Santa Baía de Banga (concelho O Carballiño) aparece pela primeira vez como *sancte Eulalie de Vanga* (SMO 1185). Quer a estrutura morfológica quer a situação geográfica do seu referente convidam a pensar que a forma *Bangueses* mais não seja do que antigo derivado do pré-existente *Banga*, embora as referências documentais que conseguimos coligir para o gentílico toponimizado sejam bastante anteriores: *Vangeses* (TCe 961), *Vangueses* (TCe 986, 988, c. 1045) etc. Julgamos, portanto, verosímil a interpretação desse topónimo no quadro das vagas repovoadoras que, provindas da antiga *terra* de Orzelhom –à qual na altura pertencia a freg. Santa Baía de Banga–, atingiram em cheio a Límia galega.

plural, topónimos como port. *Nelas* ← med. *Asnelas* ou gal. *As Anzas* ← med. *Asanza*, neste último com uma interessante remorfologização provocada pela necessidade de concordância com o falso artigo determinado.

<sup>7</sup> Embora observemos uma troca de orago, as referências geográficas esparsas pelo texto confirmam a identidade da forma toponímica.

<sup>8</sup> Para uma interpretação em termos de toponímia arqueológica, ver Fernandes (1999: 410).

### 2.3. *Brosmos* → *Bresmaus* (Sarreaus)

Numa escritura do ano 841 é mencionado um *territorio Verossimo prope rivulo Sile*, no qual se localiza um *monasterium ab Sancte Mariae de Amandi*, de certeza identificável com o cenóbio que existiu na atual freguesia de Santa Maria de Amandi (concelho de Sober). Trata-se da atestação mais antiga de que dispomos no nosso corpus para este corónimo mediante o qual era conhecida uma pequena comarca que abrangia terras dos atuais concelhos de Sober e de Monforte. Essa denominação, que reaparece noutros documentos posteriores sob diferentes variantes formais, veio a sobreviver nos topónimos *Brosmos*, *Lamas de Brosmos* e *Portabrosmos*, que dão nome a diferentes locais sítos nesse mesmo termo concelhio<sup>9</sup>.

Portanto, afigura-se-nos muito provável que um antigo \**UEROSIMANOS* tivesse vindo a originar, por evolução fonética assumível, o topónimo *Bresmaus*. Notemos, ainda, que num diploma do mosteiro de Celanova, com data de 1424, o topónimo em causa ocorre como *Veras Maos*, de certeza consequência de um processo de reinterpretção etimológica a partir do subst. *mao* < *MANU* (ver §2.1).

### 2.4. *Búbal* → *Bebeses* (Penedono), *Bobeses* (Viseu), \**Bouaeses* (Bragança)

A forma *Bebeses*, embora mais frequente e generalizada nos nossos dias, conhece uma variante *Bobeses* / *Bubeses* que ainda surge, para além de no registo oral, em cartografia e repertórios toponímicos recentes, bem como em diferentes fontes documentais modernas e contemporâneas. Assim sendo, podemos assumir este item como homónimo, em origem, de *Bobeses*, nome de um lugar da freg. Santa Maria de Viseu (concelho de Viseu). É este topónimo que identificamos, sob diferentes variantes formais, no corpus documental explorado: *in illo aro de Uiseo Buuaeses* (DR 1127), *Bouaeses*, *Bovaeses* e *Boaveses* (Inq1258). Os registos invocados autorizam a reconstruir um antigo gentílico \**BUUALENSES*, relativo ao assentamento nesse local de colonos vindos da *terra* de Búbal<sup>10</sup>. Este território, entre as atuais províncias de Lugo e Ourense, terá ficado a dever a sua denominação ao rio Búbal, afluente do rio Minho pela sua margem direita. Ao que parece, este distrito teve o seu centro na fortaleza de Alba, no atual concelho de Amoeiro (prov. Ourense), vindo a atingir pelo sul terras da comarca de Celanova (Durany Castrillo *et al.* 2011: 52). A hipótese do gentílico \**BUUALENSES* como origem dos atuais *Bebeses* e *Bobeses* foi aventada por Fernandes (1999: 97), que veio ainda a relacionar a génese desses topónimos com o processo de repovoamento da vasta comarca de Viseu logo após a tomada dessa cidade por Odoário, *comes* de Castela –território, importa notar, praticamente encostado ao de Búbal (ver §2.6).

Aos exemplos anteriores talvez poderá ser acrescentado o nome de um lugar que, consoante a informação coletada em Inq1258, pertenceu à freguesia São Genésio de Parada (concelho de Bragança), sendo nessa mesma fonte que aparece mencionado

<sup>9</sup> A passagem \**Vrosmo* > *Brosmos* pode ser explicada, por palavras de Bascuas (2014: 136-137), “como resposta ao emprego do mesmo nome para varios lugares dese territorio”. A utilização do topónimo com artigo determinado em diferentes registos romances, como *Pero Carrejo dos Verosmos* (SMP 1456), parece apontar, na verdade, para a validade dessa hipótese.

<sup>10</sup> Numa doação com data de 982 e incluída em LPCoi, ocorre como testemunha um *Fafilia Buvalensis*. Merece algum destaque o facto de ser esta a única das testemunhas a ser mencionada com um sobrenome, e não apenas com um *nomen singulare*. Em nossa opinião, uma possível conclusão a extrair deste dado é que o gentílico esteja a conservar, no exemplo referido, o seu valor semântico e gramatical original.

como *Bouaenzes*, *Bouaezes* ou *Bouazes*. Todas estas formas –nomeadamente as duas primeiras– condizem com aqueles registos conservados para *Bobeses* e legitimam, portanto, a hipótese de elas serem também continuadoras de um remoto derivado \*BUUALENSES. A própria situação geográfica do local, num espaço em que, como comprovaremos mais adiante (ver §2.10), acabou por produzir-se uma especial concentração de gentílicos decorrentes de corónimos do sul da Galiza nuclear, constitui um dado a ter em linha de conta.

Em termos de cronologia linguística, interessa sem dúvida confrontar a série toponímica acima com o topónimo *Bubaíño* (< BUUALINU), nome que ainda hoje recebe um afluente do rio Búval (cfr. *Paiva / Paivó*, *Sar / Sarela* etc.). Tal como os continuadores do derivado \*BUUALENSES, esse hidrotopónimo ter-se-á formado em época remota, anterior ao enfraquecimento e queda de -L- mas também em datas em que a progressiva substituição do sufixo diminutivo *-elo* por *-inho* já tinha ficado, pelo menos nessa área, plenamente estabilizada<sup>11</sup>. Esta conclusão afigura-se-nos de especial relevância não apenas para uma datação mais ou menos certa deste topónimo, mas também, em geral, para a daqueles dois fenómenos diretamente envolvidos na sua história formal.

2.5. *Camba* → *Cambães* (Vila Nova de Famalicão), *Cambeses* (A Lama, Barcelos, Cabeceiras de Basto, Monção, Vigo), *Cambeses do Rio* (Montalegre), *Cambões* (Covilhã)

A *terra* de *Camba* estendia-se pelo atual termo concelhio de Rodeiro, existindo ainda nele dois aglomerados populacionais –os de San Xoán de *Camba* e *Río de Camba*– que conservam na sua denominação o antigo corónimo. Ao que parece, a referência mais antiga a este distrito procede de um documento de 832 –de autenticidade discutida– em que o rei Afonso II concede à diocese de Oviedo diversos *commissos* vinculados à de Lugo, entre os quais *Camba*. Mais confiáveis são outras menções bastante posteriores como *in territorio Camba villa in Fervenza* (SSCh ca. 1066), *in Deza et in Camba et in Castella* (HSISC 1112) etc.

Afigura-se-nos certamente provável que os atuais *Cambeses* esparsos pelo sudoeste da Galiza e o noroeste de Portugal mais não sejam do que continuadores diretos de um antigo gentílico *CAMBENSES*, respeitante àquela comarca medieval galega e os seus habitantes<sup>12</sup>. Entretanto, não devemos pôr de parte a hipótese, expressada por Fernandes (1999: 130), segundo a qual, pelo menos em alguns casos, poderão ter sido aqueles *cambeses* os povoadores de uma *camba* no sentido puramente apelativo e oronímico do termo –o mesmo, já agora, que terá motivado também a origem do próprio corónimo *Camba* e dos seus diversos homónimos e formas aparentadas, quer dizer, ‘curva [do terreno]’ (DCECH, s.v. *Cama*).

Embora incluídos no nosso corpus de trabalho, os itens *Cambões* e *Cambães* levantam algumas dúvidas quanto à sua pertença real à família toponímica em foco. Caso possam ser explicados ao abrigo do quadro histórico e linguístico colocado neste contributo, teríamos que reconstruir para eles formas etimológicas \**CAMBANOS* e \**CAMBANES*, respetivamente, ou então simplesmente \**CAMBANOS*, que até poderia explicar a forma *Cambães* por alteração do elemento sufixal similar àquela que co-

<sup>11</sup> Acerca deste tópico, vide. Catalán (1958).

<sup>12</sup> Na freg. São Salvador de Cambeses (co. Monção) existe o lugarejo de *Cambesinhos* ou *Cambezinhos*, topónimo, sem dúvida, criado a partir da denominação da freguesia.

mentaremos para *Dossãos* (ver §2.9). A ausência de registos documentais medievais para esses topónimos constitui um obstáculo importante para o esclarecimento da questão. Notemos ainda que, apesar de o português conhecer a voz *cambão* –da qual *Cambões* e *Cambães* poderão ter sido simples variantes de plural–, nenhuma das diversas aceções que para ela oferecem os dicionários portugueses permite explicar, de maneira satisfatória, uma eventual toponimização do lexema em causa<sup>13</sup>.

2.6. *Castela* → *Casteláns* (Covelo), *Castelãos* (Chaves, Macedo de Cavaleiros), *Castelaus* (Calvos de Randín, Vilar de Santos), *Castelões* (Guimarães, Penafiel, Sever do Vouga, Tondela, Vale de Cambra, Vila Nova de Famalicão), *Castelões de Cepeda* (Paredes)

Várias das formas acima referidas surgem nas fontes documentais sob variantes como *Castellanos*, *Castelanos*, *Castellanus*, *Castelaaos*, *Castelãos*... todas as quais apontam, de certeza, para uma forma base CASTELLANOS cuja evolução veio a gerar os diferentes resultados e soluções esperáveis para cada área geoletal. O problema, entretanto, prende-se com a análise semântica certa desse derivado, bem como com os aspetos motivacionais eventualmente envolvidos na sua história externa. Em nossa opinião, é muito provável que CASTELLANOS, em muitos casos, tenha nascido como gentílico do corónimo *Castela*, denominação, por sua vez, de um distrito alto-medieval que veio a ocupar, aquando da sua máxima extensão, os atuais concelhos de Avión, Carballeda de Avia, Melón e Ribadavia, e ainda parte dos de Beade, Boborás, Cenlle e Leiro (Baliñas 1998: 270-271). Como comentado no apartado introdutório, foi nesta área do noroeste da província de Ourense que Odoário, *comes Castelle et Veseo*, concentrou boa parte do seu capital político, territorial e económico. É à luz deste dado que julgamos que a nossa hipótese possa ser aceite, sem ressalvas de maior importância, para os cognatos existentes no sul da Galiza administrativa –quer dizer, *Casteláns* e sobretudo, pela sua integração no espaço limego, *Castelaus*–, que terão sido criados ao abrigo das primeiras vagas repovoadoras, mas também para outros itens situados em áreas geográficas mais a sul e cuja direta ligação à empresa colonizadora chefiada por Odoário podemos rastrear através dos documentos. Porventura terá sido esse o caso dos dois *Castelãos* trasmontanos ou do *Castelões* do concelho de Tondela, na hinterlândia da cidade de Viseu.

Apressemos-nos a acrescentar que a explicação que acabámos de aventar mal poderá ser aplicada a todos os elementos recenseados no cabeçalho desta alínea. Na verdade, poderão defender-se para alguns deles outras origens de maneira nenhuma inverosímeis. Não seria estranho, por exemplo, que pelo menos em alguns casos esse gentílico CASTELLANOS tivesse dito respeito ao antigo condado de Castela, na origem uma marca fronteiriça oriental do reino leonês. Importa lembrar, quanto a isto, o envolvimento de grupos populacionais extra-galaicos –entre os quais, é claro, castelhanos– no repovoamento de determinadas comarcas do terço setentrional de Portugal, nomeadamente daquelas regiões a sul do rio Douro. Ainda, noutros exemplos poderá ser colocada a hipótese de uma toponimização do plural do subs. *castelão* ‘dono, senhor ou governador de um castelo’, ‘alcaide’.

<sup>13</sup> Por exemplo, em GDLP (s.v. *cambão*) lemos, entre outros, significados como “Peça comprida de pau, como cabeçalho de carro [...]”, “Alça de couro para accionar o fole dos ferreiros”, “Cingel dianteiro em carro, charrua etc., puxados por duas ou mais juntas de bois”, “Vara com que a besta puxa à almarraja”, “Pau com gancho na ponta, para colher fruta das árvores” etc. Dentre todos eles, talvez seja “Burro ou cegonho com que se tira água dos poços” aquele mais propício para uma eventual implementação toponímica do substantivo.

### 2.7. *Céltigos* → *Santagões* (Vila do Conde), *Santegãos* (Gondomar)

Dos dois topónimos acima colocados, é *Santagões* que conta com maior número de registos nas fontes medievais confrontadas, sob variantes formais que muito esclarecem a sua etimologia e evolução formal: *Celteganus* (PMH 1038), *Zelteganos* (PMH 1039), *Celteganus* (PMH 1048, 1080), *Zelteganus* (PMH 1049), *Centegaus* (1192), *Sancti Michaelis de Celtegaos* (Inq1258), *San Migel de Centegãos* (Inq1288) etc. Já para *Santegãos*, Silveira (1935: 239) retira de documentação trecentista a forma *Centegãos*, a qual aponta para uma origem comum de *Santagões* e *Santegãos*, embora este não tenha sido atingido pela troca *-ãos* > *-ões* tão vulgar no registo toponímico (ver §2.9). De resto, os testemunhos coligidos patenteiam que, a partir de uma determinada altura, veio a produzir-se a associação etimológica do segmento inicial destes topónimos –quer dizer, *Cent-* < *Celt-*, cfr. ILICINA > *\*elzinha* > *enzinha*, SALICETA > *\*Salceda* > *Xanceda* etc.– com o adj. *santo*, sendo reinterpretadas estas formas como hagiotopónimos<sup>14</sup>.

Já quanto às interpretações etimológicas propostas pelos diferentes autores, é chocante que Machado (DOELP, s.v. *Santagões*) não tenha tirado qualquer conclusão da variedade de formas documentais existentes, considerando que esta “ainda mais contribui para se considerar obscura a origem deste topónimo” e até perguntando-se se porventura será o topónimo “o pl[ural] de *céltico* (“celtizado”), como se de acusativo *-onem* se tratasse, caso vulgar”. Na verdade, as chaves para a correta compreensão destes itens já tinham sido fornecidas décadas atrás por Silveira (1935: 239-241), que reconstruiu um antigo *\*uilla (de) Celteganos* (sic) com o significado “quinta dos de Céltigos” e até identificou aqueles primeiros povoadores e / ou proprietários do lugar em causa como sendo gentes provenientes de alguns dos aglomerados populacionais denominados *Céltigos* que existem a norte do rio Minho<sup>15</sup>. Em nossa opinião, achamos mais verosímil que esse antigo *\*CELTICANOS* remonte a grupos populacionais procedentes de uma *terra* bem conhecida e documentada na Galiza alto-medieval: a terra de Céltigos, mencionada nas fontes como *Celticos*, *Celtigos* ou *Celtegos*. Esta extensa comarca natural, à qual se sobrepôs uma estrutura jurídico-administrativa de tipo político mas também, a partir do séc. XII, religioso –o arciprestado de Céltigos, ainda existente–, devia abranger ainda, na época em que as migrações para sul se iniciaram, todas aquelas terras embutidas entre os rios Xallas e Tambre, confrontando a oeste com o oceano Atlântico. Portanto, e desde que a nossa interpretação seja correta, é dessa área que terão chegado aqueles *\*CELTICANOS* que se instalaram na faixa atlântica entre os rios Ave e Douro.

Do ponto de vista linguístico, interessa observar o incontestável predomínio das formas *Celticos* e *Celtigos* nas fontes galegas, face à solução com vocalismo pós-tónico estritamente patrimonial *Celtegos*, para a qual mal contamos com um punhado de exemplos e que nem conseguiu sobreviver nos usos orais dos falantes. Porém, a

<sup>14</sup> Isto é que explica não apenas as variantes hodiernas, mas também outras como *Santiagões* ou até *Santo Agões*, utilizada esta última em diferentes passos da *Corografia Portuguesa* de António Carvalho da Costa, em documentação pública e privada oitocentista e, segundo diversas fontes, ainda viva nos usos orais populares em época tão avançada quanto os finais do séc. XIX.

<sup>15</sup> O topónimo maior *Céltigos* aparece nos concelhos de Sarria, Ortigueira e Frades, e o sintagma toponímico *Vilar de Céltigos* no de Santa Comba. As freguesias de San Pedro de Santa Comba e de San Cristovo de Mallón (co. Santa Comba) ocorrem em documentação medievla sob denominações como *Santa Coonba de Celtigos* ou *Sancti Christofori de Celtigos*, ambas a exprimirem a pertença destes locais ao antigo território de Céltigos sobre o qual nos debruçaremos a seguir.

estrutura vocálica de *Celtegós* é coerente com aquela que observamos nos descendentes do derivado \**CELTICANOS*, a julgar pelos registos do séc. XI acima analisados.

## 2.8. *Chamoso* → *Chamosiños* (Cualedro, Trasmiras), *Chamosinhos* (Guimarães, Póvoa de Varzim, Valença)

A propósito da série formada por topónimos como *Chamiçal*, *Chamiço*, *Chamoso* / *Chamosa* ou o próprio *Chamosiños* / *Chamosinhos*, comuns na Galiza e em Portugal, Fernandes (1999: 182) opina que “na maior parte dos casos são nomes devidos, na época da designação, à cor geral da paisagem, quer pela geologia (terrenos avermelhados), quer pela vegetação”. Em parâmetros similares coloca a sua explicação Navaza (2006: 216-217), que interpreta vários desses itens como sendo fitotopónimos relacionados semanticamente com o lat. *FLAMMA* e relativos a “lugares onde se procuraban guizos para alumar ou para o lume, procedentes de diferentes espécies vexetais”. No entanto, admite o mesmo autor a hipótese de a forma *Chamosiños* / *Chamosinhos* ter sido, na verdade, um demónimo derivado do nome da *terra* de Chamoso<sup>16</sup>, o qual, em nossa opinião, condiz com a sua concentração naquela área –a comarca da Límia na Galiza e o Entre Douro e Minho em Portugal– em que esta toponímia de repovoamento mostra uma densidade maior. Relativamente à extensão do velho distrito de Chamoso, articulado em torno do rio homónimo, Ares Vázquez (2007: 62) conclui que abrangia “el municipio de Corgo y de Castroverde, la mayor parte de los de Láncara y Neira de Jusá [sic], algo del de Lugo y un poquito del de Becerreá”. Não é por acaso que no registo mais antigo para esse território fica explícita a sua relação de estreita proximidade com a cidade de Lugo, em cujo alfoz se encontrava: *Uilla Marci, et est ipsa uilla in sub urbio Lucense ciuitatis, territorio dicto Flamoso* (DEPA 745), no qual o sintagma *Uilla Marci* corresponde ao atual Vilamarce, na freg. San Pedro de Santa Comba (co. Lugo). Lembremos ainda que tanto a denominação do rio quanto o da *terra* e *commissio* alto-medievais conseguiu sobreviver na de três freguesias do concelho do Corgo, bem como na do lugar de Chamoso, na freguesia San Fiz de Paradela, pertencente a esse mesmo termo concelhio.

Das diferentes concretizações que conheceu o gentílico \**FLAMOSINOS* –cuja evolução fonética foi plenamente regular–, são os itens galegos aqueles que dispõem de documentação mais antiga e dilatada no tempo: *Flamosinos* (TCe 1108), *Sancti Georgii de Chamusinis*<sup>17</sup> (CMF 1197), *Chamosinos* (CMF 1250), *Pero Sanches de Chamossinos* (VFD 1329), *Pero Seuane de Chamoosinus* (MdR 1498) etc. Como esperável, a unidade etimológica dos casos portugueses com os seus cognatos trasminhotos fica evidente à luz de registos como *Chamosinos* ou *Dominicus Martiniz de Chamosius* (Inq1258), os quais dizem respeito ao lugar de Chamosinhos do concelho de Póvoa de Varzim.

<sup>16</sup> Talvez possa ser defendida uma origem comum para as variantes femininas deste derivado, entre as quais o microtopónimo *A Cerrada da Chamosiña* (co. Parada de Sil) ou o *Chao das Chamosiñas*, local mencionado em Inq1258 como pertencente à *collatione Sancti Fiiz de Varzea*.

<sup>17</sup> José Marques, no índice onomástico de CMF, mostra-se hesitante quanto à identificação do referente desta forma toponímica, acabando por situá-lo, erradamente, algures na prov. Lugo –talvez por associação com o próprio topónimo *Chamoso*. Ora a informação contida na rubrica do próprio documento (*Istas cartas sunt de Ribeiro de Limia*) tornam mais verosímil a identificação deste *Sancti Georgii de Chamusinis* com a atual freg. Santa Baía de Chamosiños, apesar da troca de orago que nela se terá produzido e que, já agora, não constitui um fenómeno assim tão invulgar na nossa toponímia maior.

2.9. *Deza* → *Dossãos* (Vila Verde), *Lações de Baixo* (Oliveira de Azeméis), *Lações de Cima* (Oliveira de Azeméis)

O vale do rio Deça constituiu o núcleo de um território que abrange as áreas dos atuais concelhos de Silleda e Lalín, bem como as montanhas que os separam das bacias dos rios Ulla e Minho (Baliñas 1998: 273-274). Para além de uma menção no testamento do bispo Odoário de Lugo (*in Deza Sancto Ioanne de Palmou*, referida à freguesia de San Xoán de Palmou, no concelho de Lalín), o primeiro testemunho desprovido de problemas textuais e cronológicos surge na ata de consagração da catedral de Compostela (séc. IX), entre cujos confirmantes ocorre o conde Afonso Betote como *Betotus in Deza comes*. Este registo indicia a existência nessa área, e desde época recuada, de uma estrutura político-administrativa estável assimilável aos *commissos* da Galiza alto-medieval e gerida por aquele magnata repovoador. Já enquanto forma com valor hidronímico, identificamos o topónimo em sequências como *Karuonario iusta ribulo Deza* (LCFA 958), *villas inter Ulia et Deza* (HSISC 959) etc.

É a partir de um étimo remoto DECIANOS que podemos explicar, por via regular, quer a forma *Doçãos / Dossãos* –com hesitação, de resto bastante frequente, entre as grafias <ç> e <ss>– quer a sua variante *Doções* (ver §2.6), todas elas relativas à mesma freguesia do concelho de Vila Verde. A instabilidade do elemento sufixal, como em inúmeros casos do género, pode ser observada nos testemunhos documentais mais recuados deste topónimo: *Sancta Maria de Dezaos* (Inq1220), *Sancte Marine de Duzaes* (Inq1258), *Sancte Marie de Dezaos* (Inq1258), *Santa Maria de Doçãos* (Inq1288), *Sancta Maria de Duções* (Inq1288) etc. Ainda, a alteração da vogal pretónica ([e] > [o]) observa-se também noutros derivados da mesma base toponímica, como por exemplo *Dozón* (med. *Decione, Dezone, Dezon...*). Assim sendo, e muito embora o polimorfismo que estes registos pantenteiam, achamos provável a vinculação de *Dossãos / Doçãos / Doções* –em termos históricos e motivacionais– com o assentamento, nesse local da margem direita do rio Cávado, de colonos provindos da *terra* de Deça –porventura vinculados à ação repovoadora do *comes* Afonso Betote?–, hipótese já aventada anos atrás por Fernandes (1999: 245).

Ainda, em documento de LPCoi com data de 922 deparamos com a menção a uma *villa de Dezanos per suos terminos antiquos et sua ecclesia vocabulo Sancti Michaelis*, doada por rei Ordonho II a dom Gomado, antigo bispo de Coimbra. Esse *Dezanos* é identificável, de certeza, com o atual Lações, integrado na freg. São Miguel de Oliveira de Azeméis, no concelho homónimo. A referência, nesse mesmo passo, a outros lugares muito próximos como as freguesias de Riba-Ul (*in ripa de Ul ecclesia Sancti Jacobi*), Vila Chã de São Roque (*Sancto Petro de Villa Plana*) ou Oliveira de Azeméis (*villa Olivaria ecclesia vocabulo Sancti Michaelis*), vem a confirmar a validade da nossa proposta. Neste caso, à instabilidade do vocalismo pretónico e a esperável passagem –ãos > –ões temos de acrescentar ainda um anómalo tratamento da consoante etimológica inicial [d] (> [l]).

2.10. *Límia* → *Limãos* (Bragança, Chaves, Maceda de Cavaleiros), *Limões* (Ribeira de Pena)

José Pedro Machado (DOELP, s.v. *Limões*), deixando-se levar pela facilidade da homofonia, interpretou o topónimo *Limões* como sendo simplesmente “plural do subst. masc. *limão*”. Já no tocante a *Limãos*, o mesmo autor colocou, a par da hipótese fito-

nímica, a possibilidade de o topónimo ficar de alguma maneira relacionado com o rio Lima ou Límia –denominação, esta última, que o curso fluvial recebe em território galego–. Por sua vez, Fernandes (1999:393), ao tempo que chama a atenção para a escassa credibilidade de qualquer explicação baseada no nome do fruto do limoeiro, aventa uma explicação mais razoável e que até contribui para enquadrar plenamente estes derivados no processo histórico analisado neste trabalho: trata-se, em opinião do distinto historiador lamecense, dos descendentes de uma forma \*LIM(I)ANOS, relativa a “povoadores, provenientes da *terra* de Límia, na Galiza medieval”<sup>18</sup>. Os dados documentais mais antigos, retirados de Inq1258, condizem, à partida, com esta hipótese. É nessa fonte que surgem as formas *Limaos* e *Lymiaos*, referidas ao atual *Limões* do co. Bragança. Já o seu homónimo do co. Chaves ocorre sob a forma *Limianias* (sic), porventura erro de leitura ou transcrição de um \**Limianos* subjacente, mas que, mesmo assim, não deixa de ser transparente quanto à sua etimologia.

A terra da Límia constituiu uma das entidades supralocais melhor definidas do complexo territorial galaico alto-medieval, tendo sobrevivido nominalmente nas comarcas galegas da Límia e da Baixa Límia. Apressemos-nos, no entanto, a notar que a extensão primitiva da terra da Límia era maior do que aquela que hoje apresentam esses distritos ourensanos, embora na altura fosse também a bacia do rio Límia –no seu troço galego– o elemento em torno do qual o território se estruturou. Os limites da Límia alto-medieval são-nos conhecidos: confrontava a este com a terra de Caldelas, a sul com os montes que separam o vale do rio Limia do do Tâmega e com os montes do Larouco, e a oeste com a terra de Búbal (Durany Castrillo *et al.* 2011: 179). A primeira referência conhecida emerge num diploma em que se assinala que a igreja de San Pedro de Laroá (concelho de Xinzo de Limia) *manet in finibus Galletie, territorio Limie, subtus montes Larauco, discurrente ribulo Laragie* (TCe 879).

De resto, basta conferir o Mapa 2 incluído nos apêndices deste trabalho para reparar na especial densidade de tipos toponímicos de base gentílica observável na antiga área limega, o qual, de certeza, patenteia a importância estratégica da região no avanço para sul dos sécs. IX-X. Ainda, como comentado numa alínea anterior, estas terras da metade meridional da atual província de Ourense constituíram uma das plataformas a partir das quais será impulsionada uma segunda fase expansiva, aquela que veio a atingir, a partir dos centros nevrálgicos de Verín e Chaves, o nordeste do atual Portugal. Portanto, não deve ser por acaso que os itens *Limões* / *Limões* se concentram nos distritos de Vila Real e Bragança. Ainda, é essa estreita relação entre o tipo toponímico em causa e uma área geográfica tão bem delimitada que nos autoriza a colocar importantes ressalvas à pretensa vinculação dos topónimos *Limões* situados a sul do rio Mondego<sup>19</sup> com a comarca da Limia, bem como com o próprio processo histórico na sequência do qual os tais topónimos terão surgido.

### 2.11. *Lor* → *Loureses* (Os Blancos)

O vale do rio Lor, afluente do rio Sil, serviu como referência espacial primária na estruturação de uma *terra* que abrange territórios dos atuais concelhos de Pedrafita do Cebreiro, Folgoso do Courel e A Pobra de Brollón (Baliñas 1998: 276). Quer o rio quer o

<sup>18</sup> O autor lembra ainda a existência de um topónimo *Limão* no co. Vila Pouca de Aguiar, provavelmente relacionado também com a Limia galega, embora neste caso através de um uso do demónimo \*LIMIANO como sobrenome pessoal, prévio a alguma forma de toponimização.

<sup>19</sup> Nomeadamente nos termos concelhios de Santarém e de Sobral de Monte Agraço.

distrito originado à volta dele surgem na nossa documentação latina mais recuada sob a forma *Laure*: e.g. *rivulo Laure* (TCe 886), *in Laure monasterium Suveretum* (TSa 853) etc. Afigura-se, portanto, muito provável que o topónimo *Loureses* seja o resultado de um antigo gentílico \*LAURENSES, respeitante a pessoas chegadas à Limia daquela área da Galiza oriental. Do ponto de vista da toponímia como ferramenta para o estudo da fonética histórica, repare-se todavia em que, na forma *Lor*, o ditongo etimológico [ow] (< AU) veio a ficar reduzido por causa da ação da vibrante [l] em posição homossilábica, conforme a pauta que se repete, de maneira quase sistemática, noutros itens do género (Autor, no prelo). Já no derivado *Loureses*, é a inexistência desse condicionante contextual que tornou possível a conservação do ditongo.

### 2.12. *Lózara* → *Louzaregos* (Viana do Bolo)

Embora desconhecamos testemunhos documentais para este topónimo, a transparência da sua estrutura formal autoriza-nos a ver nele um antigo demónimo derivado de *Lózara*, nome de uma circunscrição territorial do sudeste da atual província de Lugo que coincidia, em tese, com o vale do rio homónimo e terá tido como núcleos principais as atuais freguesias de San Xoán e San Cristovo de Lózara, no concelho de Samos (Baliñas 1998: 277). São esses dois aglomerados populacionais, enquanto sedes de um antigo cenóbio, que aparecem mencionados no testemunho mais antigo de que dispomos para este corónimo: *in Lauzara monasterium sancti Christofori et sancti Iohanis* (TSa 853).

Quanto à dimensão morfológica, a particularidade da forma *Louzaregos* prende-se com a presença do sufixo *-ego* (< -AECU), componente, ainda hoje, muito produtivo na criação de etnónimos e adjetivos denominativos. Segundo Costas González (2016: 22), o sufixo mostra ainda uma especial vitalidade nas margens setentrional e oriental do território galego-falante, sendo nesta última que se encontra, precisamente, o topónimo *Louzaregos*.

### 2.13. *Lugo* → \**Lucezes* (?)

Num diploma do mosteiro de São Salvador de Moreira, com data de 1045, assistimos ao momento em que os presbíteros Atão e Crescónio oferecem ao presbítero Mendo aquilo que possuíam na vila de *Parada*, em troca da metade da *uilla de Lucezes* (sic). Trata-se, ao que parece, de um topónimo que não teve continuidade, até porque não fomos capazes de o reconhecer em nenhum dos repertórios toponímicos conferidos. Ora a presença nesse mesmo documento de elementos geográficos de referência bem conhecidos como *castro Amagia* [= Maia] *discurrente ribulo Leza* [= o rio Leça] *territorio portugalense* autorizam-nos a identificar o topónimo *Parada* com algum dos aglomerados populacionais homónimos existentes nos concelhos de Santo Tirso e Vila do Conde, sendo portanto altamente provável que também a *uilla Lucezes* ficasse por aquela área hoje pertencente ao distrito do Porto.

Já quanto à relação linguística e histórica desse item com o tema deste contributo, e embora as lacunas existentes à volta dele nos obriguem a agir com imensa precaução, achamos verosímil que *Lucezes* proceda de um antigo \*LUCENSES, quer dizer, do gentílico criado diretamente a partir do nome latino (LUCUS AUGUSTI) da cidade de Lugo<sup>20</sup>. Importa notar que só essa forma culta \*LUCENSES é que poderá ter vindo

<sup>20</sup> Lembremos que ainda na atualidade convivem a forma culta do gentílico, quer dizer, *lucense*, com a variante baseada no nome romance da cidade, *luguês*.

a originar uma forma como a que retirámos desse diploma. Assim sendo, e caso a nossa hipótese seja certa, estaremos perante um topónimo explicável pela presença nesse local de colonos vindos quer da cidade de Lugo quer da sua hinterlândia mais ou menos imediata. Insistamos, no entanto, no caráter altamente provisório desta proposta, ponto de partida para pesquisas mais exaustivas.

2.14. *Morrazo* → *Murraceses de Baixo*, *Murraceses de Cima* (Vila Nova de Gaia)  
Coligimos para o topónimo *Murraceses* –com uma variante gráfica *Murracezes*– alguns testemunhos que contribuem para o esclarecimento da sua origem: *in Morra-ceses* (CBF 1075), *uilla Morrazeses [...] riuulo de Morrazeses* (CBF 1135), *et de Montan et de Morrazeses et de Fundoes* (Inq1258), *Martinus Gomes de Moraceses* (Inq1258), *en Moraceses* (DGP 1270) et. Foi José Pedro Machado (DOELP, s.v. *Morraceses*) que interpretou *Murraceses* como sendo derivado de *morraça*, mas sem especificar qual das diferentes e diversas aceções deste termo é que terá gerado o topónimo<sup>21</sup>. Já Alves (2013, s.v. *Morraceses*) entende o topónimo como sendo um demónimo, ao defini-lo como “[naturais] de \**Morraça*”, embora não identifique –para além desse hipotético e não documentado \**Morraça*– o corónimo a partir do qual o topónimo em causa foi criado. Em nossa opinião, a forma *Murraceses*, com efeito, filia-se num antigo gentílico \*MORRAC(1)ENSES, coerente com os registos medievais acima referidos e que terá dito respeito ao assentamento de contingentes populacionais provenientes de uma área muito específica: a comarca do Morrazo, equivalente *grosso modo* à península homónima, entre as rias de Vigo e Pontevedra. As referências ao Morrazo –quer como comarca natural diferenciada quer, posteriormente, como arceprelado da igreja compostelana– são muito numerosas e antigas na documentação alto-medieval galega: *in valle Morratio iuxta mare* (TCe 927), *in Morraccio* (TCe 934) etc.

2.15. *Navia* → *Naveaus* (Laza)

Afigura-se-nos altamente provável que a origem do topónimo *Naveaus* esteja num antigo demónimo \*NAUIANOS, derivado, por sua vez, do corónimo NAUIA. Foi sob esta denominação que ficou a ser conhecida uma *terra* sita no vale do curso alto dos rios Navia e Neira, nas margens orientais da atual prov. Lugo –quer dizer, pelos atuais concelhos de Láncara, Baralla, Cervantes e Navia de Suarna. Quer o rio quer a comarca aparecem documentados nalguns dos textos mais recuados do nosso corpus. Por exemplo, no documento em que Patruina, tia de São Rosendo, doa ao sobrinho várias vilas que detinha em Astúrias, aparece entre elas uma *quod dicent Edia que est iusta rivulo Navia* (TCe 928)<sup>22</sup>. Já quanto à *terra* de Navia, a referência mais antiga que conhecemos surge num diploma em que são mencionadas *uillas de auio*

<sup>21</sup> Dias (1982: 468) regista a palavra com o significado “Chuva miúda e constante”, enquanto Silva (1944: 73) recolhe a aceção “Vinho de baixa qualidade”. Os dicionários portugueses acrescentam ainda valores como “Aguardente”, “Erva para forragem” ou “Vasa dos pântanos”. A forma *morraza* é também conhecida na Galiza, tendo sido recolhida por Rivas Quintas no co. O Grove sob a aceção “Marisma con hierba, donde pueden pasatar cabras, ovejas, etc.”.

<sup>22</sup> A leitura proposta para este trecho por Andrade Cernadas levanta, no entanto, alguns problemas que dizem basicamente respeito à identificação do topónimo *Edia*. Quanto a isto, Muñiz López (2007: 230) adere à transcrição que para esse mesmo excerto realizou Sáez y Sáez (*que est iusta riuulo Naura*), vindo assim a identificar *Naura* com o atual rio Ñora e *Edia* com a atual freguesia de Hevia (co. Siero).

*tu Odoario in Nauia, nominibus has prenomintas Taanes (sic), Sapatelli* (TCe 928), quer dizer, os atuais lugarejos de Tarnas e Sabadelle, ambos no co. Cervantes. Repare-se, do ponto de vista da fonética diacrónica, em que nem o item *Navia* nem o seu derivado gentílico *Naveaus* –nem ainda o port. *Navió*<sup>23</sup>– vieram a sofrer a metátese do iod que, entretanto, podemos facilmente identificar nas soluções modernas dadas variantes desse tipo toponímico: e.g. *Neiva* (rio do norte de Portugal do qual tiraram o nome locais como *Neiva*, *Castelo do Neiva* ou *Abade do Neiva*) e *Neivó* (< NAUIOLA, ribeiro no co. Marín).

Hipótese alternativa e até sugestiva seria filiar-mos diretamente a forma *Naveaus* no hidrónimo *Navea*, nome de um rio cujo nascimento se situa, precisamente, no concelho de Laza, mais em concreto nos Altos de Gancedo (Serra de San Mamede), a cerca de seis quilómetros da atual localização de *Naveaus*. O rio *Navea* interna-se a seguir pelos termos concelhios de Chandrexa de Queixa, A Pobra de Trives e San Xoán de Río –quer dizer, por terras outrora pertencentes aos distritos alto-medievais de Trives e Caldelas–, vindo a dar as suas águas ao rio Bibei na freg. San Miguel de Navea (concelho da Pobra de Trives). No entanto, a ideia de uma deslocação populacional de curto alcance proveniente das margens do rio *Navea* fica logo invalidada quando conferimos os mais antigos registos documentais, que apontam para um étimo \*NAUIOLA: e.g. *ecclesie sancti Petri, que est fundata territorio Kaldelas, discurrente rivulo Naviola, in loco predicto ubi dicunt Muriolas* (TCe 954), *inter bisrivula Naviola et Squadro, territorio Tybris* (TCe 963) etc. Assim sendo, a variante *Navea* mais não é do que um cognato das formas *Neivó* e *Navió* acima invocadas, embora –é claro– com uma evolução formal anómala. Ainda, é à luz destes testemunhos que até podemos aventar a hipótese inversa, quer dizer, a de ter sido *Navea* (< \*NAUIOLA), na verdade, denominação criada por aqueles colonos vindos da *terra* de *Navia*, os quais terão evocado nessa corrente fluvial uma espécie de ‘pequeno *Navia*’. O exemplo, portanto, não seria assim tão diferente doutros casos conhecidos na toponímia galego-portuguesa e surgidos também, ao que parece, ao abrigo de processos migratórios homologáveis: e.g. *Coimbró* (← *Coimbra*, vid. Fernandes 1999: 198), talvez *Cordovelha* (← *Córdoba*, vid. Fernandes 1999: 207; Serra 1967: 36) etc.

## 2.16. *Quiroga* → *Queirugás* (Verín)<sup>24</sup>

As formas galegas *queiroga* / *queiruga*, bem como outras variantes verificadas na nossa área linguística (*queiroa* / *quiroya*, *quiroya*, *quiró*, *queirota* etc.), podem designar, em tese, diferentes espécies de plantas dos géneros *Erica*, *Calluna* e *Daboecia* (Álvarez Pérez *et al.* 2006: 261-266). É desse alargado leque de variantes que se extrai a existência de até três eventuais bases etimológicas diferentes, sendo estas \*CARIOLA (> *queiroa*, *queiró*), \*CARIOCA (> *queiroga*, *queiruga*) e ainda \*CARIOTTA (> *queirota*, ast. *cairueta* e variantes). Nada impede, portanto, interpretar a forma *Queirugás* como cognato de *Queirugais*, sendo ambas, por sua vez, variantes de plural do tipo toponímico *Quirogal* / *Queirogal* / *Queirugal*, no qual reconhecemos a base

<sup>23</sup> Nome de dois aglomerados populacionais nos concelhos de Barcelos e de Viana do Castelo, documentado este último como *Sancti Salvatoris de Nevioo* (Inq1258). Etimológica e motivacionalmente, o topónimo está relacionado com o nome do rio *Neiva* (ver abaixo) através de um derivado \*NAUIOLA.

<sup>24</sup> Deixamos de fora o topónimo *Queirugás*, nome de um lugarejo da freg. San Nicolao de Novás (co. Xinzo de Limia), por carecermos de testemunhos minimamente antigos que nos autorizem a incluí-lo na explicação que a seguir desenvolveremos.

fitonímica \*CARIOCA acrescida do sufixo latino -ALE. No entanto, esta explicação não está isenta de problemas para o caso específico do *Queirugás* do concelho de Verín, cujos registos mais antigos mostram, de maneira sistemática, uma nasal no sufixo: *Keiruganes* (TCe 1029, 1041), *Keiroganes* (TCe 1031) etc. Já em textos romances observamos, no que à representação do hiato diz respeito, alguma alternância entre aquelas formas a apresentarem indícios gráficos de um processo de nasalização –nomeadamente o til– e outras em que os tais tendem a desaparecer e a grafia começa a refletir uma simplificação progressiva do grupo heterossilábico, próximo da solução atual: eis *Queyrugães* (MdR 1229), *Vizente de Queyrugães* (MdR 1262), *Queirugães* (MdR 1266) e *Queirogãis* (HGPg 1292) frente a *Queirogaas* (HGPg 1292), *Garçia Lourenço de Queyrugaes* (VFD 1320), *San Vertolameu de Quyrogaes* (VFD 1338) ou *Petro de Quirogãis* (VFD 1451).

Perante esta situação, alguns pormenores grafofonéticos de relativa complexidade devem ser tidos em linha de conta. Existe, com efeito, uma tendência em muitos topónimos derivados mediante o sufixo -ALES para o desenvolvimento de uma nasalidade anti-etimológica, eventualmente consonantizada, no hiato decorrente da queda de -L- (Autor, no prelo). Para repararmos no impacto nada desprezível deste fenómeno no nosso registo toponímico basta conferir pares e séries como *Centeás* vs. *Centeáns*, *Santiáns* (< CENTENALES), *Painzás*, *Paizais* vs. port. *Painçães* (< PANICIALES), *Muruxás* vs. port. *Murejães* (← *moruja*) etc. É à luz destes dados que até pode ser colocada a hipótese de essas formas alto-medievais *Keiruganes* / *Keiroganes* serem, na verdade, tentativas de codificar graficamente, através do acréscimo de <n>, um processo de nasalização que estaria, na altura, em andamento<sup>25</sup>. Também não deve ser posta de parte a ideia de uma simples hipercorreção, na sequência da qual terá sido restituído arbitrariamente um <n> com algum intuito relatinizador (Álvarez Pérez *et al.* 2006: 277), embora esta solução seja dificilmente aplicável ao alargado elenco de itens em que detetamos esse comportamento. Ainda, o facto de muitos deles serem testemunhos chegados a nós através de cópias posteriores obstaculiza a análise crítica dos exemplos, sendo difícil determinar se as práticas mencionadas foram recursos implementados nos textos originais ou então na posterior redação da cópia.

Embora reconheçamos a complexidade que esta questão envolve, não descartamos que as formas medievais acima estejam a representar a evolução lógica e esperável da forma que a partir delas podemos reconstruir, quer dizer, de \*CARIOCANES, interpretável, no quadro deste contributo, como sendo um gentílico derivado do corónimo CARIOCA: *ecclesiam in Kairola* (TSa 853), *comisso de Carioca* (TCe 929), *in valle Karioga* (TCe 931) etc. O distrito em causa –cuja denominação veio a herdar a freguesia de San Martiño de Quiroga, bem como o concelho ao qual pertence– encontrava-se aproximadamente na confluência dos rios Lor e Sil, nas extremas das províncias de Lugo e Ourense com a comarca do Bierzo. A própria situação geográfica quer do corónimo-base, na área oriental do atual território administrativo galego, quer do seu alegado derivado *Queirugás*, na metade meridional da província de Ourense, apontam para a mesma pauta que, de maneira recorrente, reproduzem a maior parte dos topónimos analisados neste trabalho.

Especial interesse oferece um passo de um documento de TCe, com data de 952,

<sup>25</sup> Talvez seja esta a explicação mais assumível para fitotopónimos mais transparentes, como *Carpazás* (← gal. *carpaza*), nome de um aglomerado populacional do co. Bande que ocorre sob variantes como *Carpazanes* (TCe 941), *Carpazanis* (CMF 1202) etc.

em que Vímara doa a Celanova unha *villam in Carioga que est iuxta Sanctum Tyrsum*, assinalando ainda que a tinha comprado *de homines kariocanos* cujos nomes especifica logo a seguir. Trata-se do único registo que conhecemos, nesse troço cronológico, para o gentílico do corónimo *Carioca*, formado aliás com o sufixo mais habitual neste género de derivados. Caso a nossa hipótese para *Queirugás* (< \*CARIOCANES) seja assumida como certa ou, no mínimo, verosímil, estaremos perante uma mostra da alternância dos sufixos –ANOS e –ANES enquanto geradores de adjetivos denominativos a exprimirem procedência geográfica. Importa lembrar, quanto a isto, que o segundo desses componentes, com essa função –ou qualquer outra muito similar–, parece ter ficado envolvido em diversas formações toponímicas esparsas pelo território galego-português, muitas das quais de origem pré-romana (Bascuas 2014: 36).

### 2.17. Sarria → *Sarreaus* (Bande, Maceda, Riós, Sarreaus), \**Sarrianos* (Vila Nova de Famalicão), *Seirrãos* (Boticas)

Dos topónimos galegos coligidos, apenas fomos capazes de documentar a forma *Sarreaus* que dá nome a um local da freguesia de San Pedro de Bande (co. Bande): *Sarrianos prope domum sancte Marie de Hordines* (TCe 962), *in territorio Vanede vocabulo Sarranos* (TCe 1031), *alia villa de Sarranos et ecclesia sancto Petro de Vanate* (TCe 1065). Embora escassos, os registos são transparentes e confiáveis o suficiente e autorizam a reconstruir, quer para o topónimo em causa quer para os seus restantes homónimos galegos, uma fase antiga \*SARRIANOS interpretável como sendo um gentílico respeitante a grupos populacionais provindos da antiga comarca de Sarria. A mesma origem podemos defender para o português *Seirrãos*, que registamos em Inq1258 sob as variantes *Sarraos* e *Sarrianos* e em complexos antroponímicos como *Gosendo Petri de Sarrianos* ou *Fernandus Cobiiza de Sarranis*. Acrescentemos ainda que na mesma fonte existem referências a uma *villa qui dicitur Sarrianos* situada *in collatione Sancti Adriani de Villa Noua*, quer dizer, na freguesia de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão (concelho de Braga). Embora não tenhamos conseguido identificar o referente geográfico atual desse item, achamos evidente, à luz da estrutura formal, que a sua origem terá estado também num gentílico \*SARRIANOS.

Portanto, a única diferença de destaque entre o tipo galego *Sarreaus* e o seu cognato português *Seirrãos* diz respeito ao desigual tratamento da semivogal palatal: enquanto para *Seirrãos* podemos supor a habitual metátese do iod, bem como a normal evolução do ditongo decorrente desse fenómeno (\*SARRIANOS > \*Sairranos > *Seirranos* > *Seirrãõs* > *Seirrãos*), em *Sarreaus* essa transformação não veio a produzir-se, talvez por causa de a semivogal se ter tornado núcleo vocálico –ressilabação que, por sua vez, terá travado a metátese.

A *terra* de Sarria, no canto sul-oriental da atual província de Lugo, constitui mais um exemplo de comarca alto-medieval nucleada em torno de uma corrente fluvial –o rio Sarria– da qual, em última análise, veio a tomar o nome. Ainda, foi nas margens desse rio que se assentou o mosteiro de Samos, o grande foco de poder eclesiástico –e até político– de toda a área centro-oriental da Galiza na altura: *illam ecclesiam, que fundata est in territorio Montis Seri, discurrente rivulo Sarria, super castro Astorica* (TSa 785). Ao que parece, o território de Sarria tinha ficado plenamente conformado nos meados do séc. IX, como patenteiam as referências explícitas com

que deparamos nas fontes<sup>26</sup>: *in Sarria monasterium sancte Marie de Coruelio* (DEPA 857), *in Sarria ecclesiam sancti Petri de Septem Ventos* (DEPA 897) etc.

## 2.18. *Tállara* → *Talhareses* (Ponte de Lima)

Para o topónimo *Talhareses* –com a variante gráfica *Talharezes*– contamos com registos documentais antigos e formalmente muito estáveis como *Taliarases* (LCFA 1065), *Talareses* (Inq1220), *Taliarases* (Inq1258), *Talharesses* e *Talhareses* (Inq1288) etc. O topónimo foi explicado por Machado (DOELP, s.v. *Talhares*) como procedendo de *talho* ou *talhar*, mas sem fornecer qualquer informação adicional de relevância para a sua interpretação. Por sua vez, Fernandes (2001: II, 224) veio a debruçar-se com maior profundidade sobre este item, reconhecendo nele um derivado \*TALIARENSES a indiciar o estabelecimento no lugar de “pessoas oriundas de um lugar de *Talhar* (acaso de além Minho, séc. VIII-IX)”. Esta segunda proposta, com a qual em tese concordamos, permite contextualizar o topónimo no quadro de análise que estamos a implementar no presente contributo. No entanto, a identificação do topónimo-base no qual se filia o derivado *Talhareses* não constitui uma questão fácil de resolver, embora possam ser exploradas, em nossa opinião, duas possíveis vias explicativas.

Num primeiro momento afigurou-se-nos provável que *Talhareses* procedesse da forma *Taliarases*. Identificamos este topónimo num documento de 991, copiado no Tombo A, no qual o rei Vermudo concede à igreja compostelana, entre outras propriedades, a vila de *Lacedurium que est in ripa Minei cum ecclesia Sancti Saluatoris et Sancti Laurentii martiris* –quer dizer, a atual freguesia de San Lourenzo de Salvaterra, no concelho de Salvaterra de Miño–, acrescentando ainda que essa posse régia se encontrava *in territorio Galletie, quomodo uadit ipse Mineus super infussionem ubi dicunt Taliarases*. No seu estudo monográfico acerca deste corónimo, Fernández Rodríguez (1960: 5 e ss.) estabelece uma continuidade tanto referencial quanto nominal entre essa forma *Taliarases* e o topónimo *Taraes* que, sob diferentes variantes formais, ocorrerá em documentação dos sécs. XII, XIII e XIV como denominação de uma das subcomarcas da *terra* de *Toronium*<sup>27</sup>. Por palavras do autor, o distrito de *Taraes*, aquando da sua máxima extensão, “limitaba al Sur con el río Miño; al Oeste con el Océano Atlántico; al Este con el coto de Tuy; al Norte, una línea montañosa que separa la cuenca del Miño de la cuenca del Miñor separaba, a su vez, *Taraes* de esta última”. Em princípio, a localização deste território às portas de um dos principais focos do processo de repovoamento –a cidade de Tui–, bem como a sua grande proximidade do troço baixo do rio Lima, constituem argumentos nada desprezíveis para situarmos em *Taliarases* a origem daqueles colonos aos quais, eventualmente, terá ficado a dever o seu nome o lugar de *Talhareses*.

No entanto, a continuidade entre *Taliarases* e a solução romance *Taraes* não resulta facilmente defensável. Embora Fernández Rodríguez coloque como assumível uma pauta evolutiva *Taliarases* > *Tariales* > *Tariaes* > *Taraes* (> \**Tarás*), não devemos pôr

<sup>26</sup> Notemos que, apesar de dominante em termos quantitativos, a forma *Sarria* não é a única a aparecer nas fontes documentais, registando-se também uma variante *Sarra* que, embora mais serôdia e excepcional, talvez dê para explicar as variantes *Sarranos* / *Sarraos* vistas acima: e.g. *Rudericus Uelaz senior de Sarra* (HSISC 1112), *comes domnus Rudericus de Sarra* (ToA, c. 1141) etc.

<sup>27</sup> Acerca da história e extensão territorial deste vasto distrito medieval, que veio a tornar-se numa das grandes tenências régias da Galiza, veja-se Fernández Rodríguez (2004).

de parte evidências como que, nos hábitos escriptográficos vigorantes na altura, a sequência <li> estará a representar uma lateral palatal [ʎ] plenamente estabilizada, ao invés de uma lateral alveolar [l] em cujo enfraquecimento e posterior queda funda o autor a validade da sua proposta. Importa ainda notar que a forma *Taliares* constitui um *unicum* que apenas aparece no privilégio real acima, sendo portanto muito limitado e relativo o seu valor para a análise linguística. Em nossa opinião, não admiraria que estejamos, na verdade, perante uma simples falha na transcrição de uma outra forma mais coerente com as variantes documentadas a partir do séc. XII, talvez um \**Tariales* que, além do mais, até parece estar por trás doutros topónimos *Tarás* –cognatos, portanto, daquele *Taraes* medieval– existentes ainda na Galiza. São, enfim, vários os aspetos que aconselham a excluir esse problemático e excecional *Taliares* como precedente remoto do atual *Talhareses*.

Bascuas (2006: 87), por sua vez, adere também à natureza gentílica do topónimo *Talhareses*, indicando que poderia dizer respeito aos habitantes de um hipotético \**Tálhara* deduzível do topónimo *Talharinha*<sup>28</sup> (co. Braga), mas também estar relacionado com a forma *Tállara* que, na Galiza, dá nome a uma freguesia do concelho de Lousame e a um curso fluvial (o *Rego de Tállara*) que, após atravessar os concelhos de Lousame e Noia, desemboca na margem esquerda da ria de Muros-Noia. É esta segunda hipótese –a qual o desaparecido professor galego não aprofundou– que nos interessa especialmente. Em TTo 1189 lemos como o eclesiástico João Airas oferece ao convento de Toxos Outos *totas villas de ipso valle de Talliar* mas, em nossa opinião, o termo *valle* deve ser aqui entendido –ao invés do que Bascuas faz<sup>29</sup>– não no seu sentido hidro-oronímico, mas na aceção, tão vulgar na produção diplomática alto-medieval, de ‘pequena comarca, alfoz’ (López Alsina 1988: 221). O documento em causa, portanto, estará a localizar essas propriedades fundiárias nas redondezas da freg. San Pedro de Tállara, mencionada logo nas primeiras linhas dessa escritura e que reaparece, ainda, noutros passos do cartulário sob as formas *Taliar*, *Talliar* e variantes. Julgamos, enfim, que poderá ter sido esse *valle de Talliar*, nas extremas orientais da atual comarca da Barbanza –e, já agora, do antigo e documentadíssimo território de Posmarcos– a origem daqueles \**TALIARENSES* que se terão sediado na beira Lima. Evidentemente, isto mais não é do que uma conclusão provisória, cuja confirmação ou recusa exige um volume de informação muito maior do qual, por enquanto, carecemos.

<sup>28</sup> Lembremos, no entanto, que este item também se repete na Galiza, nomeadamente nos microtopónimos *Tallariña* (co. Pontecureses) e *As Tallariñas* (co. Porto do Son), que parecem apontar –sobretudo o segundo deles– para a pervivência de algum valor apelativo, porventura relacionado com o subst. *tallo* através de alguma das suas aceções de tipo agronómico.

<sup>29</sup> Com efeito, Bascuas (2006: 85-86) interpretou o sintagma *valle de Talliar* como evidência de ser esse, na altura, o nome do rio. No entanto, se nos debruçarmos sobre a documentação de TTo repararemos logo em que a totalidade dos registos existentes nesse cartulário para a forma *Taliar* e variantes dizem respeito, na verdade, à mencionada freg. San Pedro de Tállara, enquanto o atual Rego de Tállara ocorre sob a denominação *Ribulo Malo* (1152) e *Riuulo Malo* (1199). Embora uma das características inerentes à toponímia fluvial seja uma forte tendência para a polionímia –e, assim sendo, a possibilidade de o rio ter vindo a receber, já na época em que a documentação foi lavrada, diferentes denominações em cada troço do seu curso–, a análise dos dados acima conduz para uma conclusão que achamos, à partida, verosímil e harmónica com outros casos similares: o facto de o antigo *Ribulo Malo* / *Riuulo Malo* ter vindo a trocar o seu nome por aquele que, na altura, era o do principal aglomerado populacional existente nas suas margens –dado, este, também espelhado pela documentação conferida. Portanto, e apesar de a origem do topónimo *Tállara* poder ser explicada, em última análise, no quadro teórico da hidronímia pré-romana, afigura-se-nos que a sua implementação enquanto hidrónimo só veio a produzir-se de maneira indireta e secundária.

### 3. Conclusões

O confronto dos conteúdos desenvolvidos nas alíneas anteriores com os mapas incluídos nos apêndices permite-nos extrair algumas conclusões de interesse. A primeira e mais óbvia delas é que, como esperável, todos os gentílicos analisados mostram uma distribuição Norte → Sul que condiz com o próprio sentido geográfico assumido pelo processo histórico do qual decorrem. Quer dizer, os gentílicos toponimizados ficam sistematicamente a sul daquelas comarcas ou aglomerados populacionais a partir de cuja denominação vieram a ser criados.

Ora a correlação do corpus toponímico com os ritmos, fases e intensidades desse fenómeno migratório –e, ainda, com o desigual envolvimento nele dos diferentes territórios da Galiza nuclear– reflete-se também noutros aspetos, entre os quais o predomínio quantitativo e a especial produtividade de corónimos da metade centro-oriental do território galego. Entretanto, a presença da Galiza atlântica, menos povoada e estruturada na altura, é sensivelmente menor, ficando reduzida aos exemplos de *Céltigos*, *Morrazo* e o problemático e discutível *Tállara*. Interessante é também a correspondência observável nalguns casos entre a disposição geográfica dos corónimos-base, a dos demónimos que deles derivam e as duas grandes linhas de expansão identificadas pelos historiadores (ver §1.2): e.g., os corónimos respeitantes a entidades supra-locais do ocidente atlântico galego vieram a gerar gentílicos na faixa atlântica portuguesa, entre as desembocaduras dos rios Lima e Douro, enquanto os gentílicos provenientes do corónimo *Lim(i)a* ficam concentrados no canto nororiental do atual território português –distritos de Vila Real e Bragança–, alvo do processo de colonização impulsionado daquela comarca meridional da Galiza transminhota. São, porventura, os exemplos mais claros e extremos da mencionada correlação.

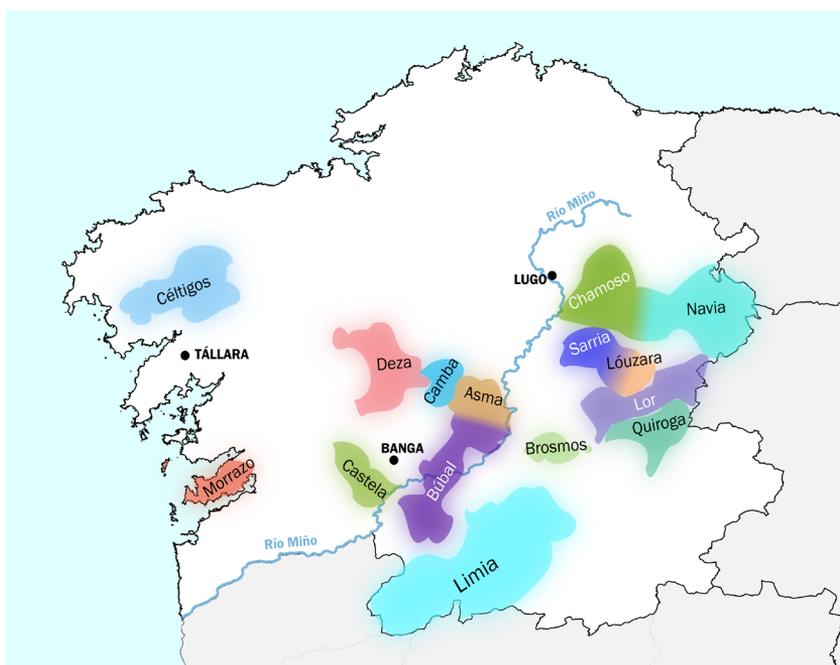
De resto, é também com a dimensão cronotópica do repovoamento que se prende o grau diverso de densidade conhecido pelos itens em causa. Não admira, por exemplo, que as áreas a concentrarem um volume maior de exemplos sejam também aquelas em que a colonização veio a desenvolver-se nas suas fases mais recuadas e, portanto, também mais intensas e de consequências mais marcantes e duradouras. Estamos a falar, é claro, das terras centro-meridionais da atual prov. Ourense –com especial destaque para a bacia do rio Limia–, com o seu prolongamento transmontano, e as comarcas de Entre Douro e Minho. No entanto, a quantidade de exemplos diminui de maneira chamativa –embora explicável ao abrigo do quadro interpretativo colocado na introdução– para lá do rio Douro, sendo vários desses topónimos de discutível adscrição à tipologia toponímica analisada neste contributo. O Mondego, enquanto extremo meridional do processo de dilatação territorial, constitui também portanto o limite mais a sul na distribuição dos demónimos toponimizados.

Já do ponto de vista estritamente linguístico, alguns aspetos merecem ser notados. O leque de sufixos implementados na criação dos gentílicos é o esperável e mal difere daqueles que continuam a ser utilizados –embora sob a sua variante formal culta ou latinizada– na atualidade com essa mesma função e significado: *-aus* / *-áns* / *-ãos* / *-ões* (< -ANOS), *-eses* (< -ENSES), *-inhos* (< -INOS), *-egos* (< -AECOS) e, com as reservas colocadas nas alíneas correspondentes, *-ás* / *-ães* (< -ANES). Se nos debruçarmos sobre os vinte e um tipos gentílicos diferentes que fomos capazes de reconstruir ao longo das páginas precedentes, repararemos logo no gritante predomínio que, em termos quantitativos, exibem os dois primeiros sufixos (9 e 8 casos, respetivamente), seguidos do problemático -ANES (2 casos), -INOS (1 caso) e -AECOS

(1 caso). É interessante que, com a exceção daqueles topónimos provenientes de *Asma* (> *As Maus / Armeses*)<sup>30</sup> e, com as dúvidas comentadas acima, de *Camba* (> *Cambeses / Cambões / Cambães*), os casos restantes mostrem ausência de qualquer alternância na sufixação, vindo a ficar associada, de maneira sistemática e biunívoca, uma base coronímica a um mesmo sufixo: *Chamosinhos* vs. *\*Chamoseses*, *\*Chamosaus*; *Limãos / Limões* vs. *\*Limeses*, *\*Limegos*... Talvez esta rigidez estrutural mais não seja do que indício de uma tradição denominativa consolidada, quer dizer, os gentílicos já estariam formados e estabilizados na altura, sendo, portanto, formações com existência autónoma na língua em tempos prévios à sua toponimização.

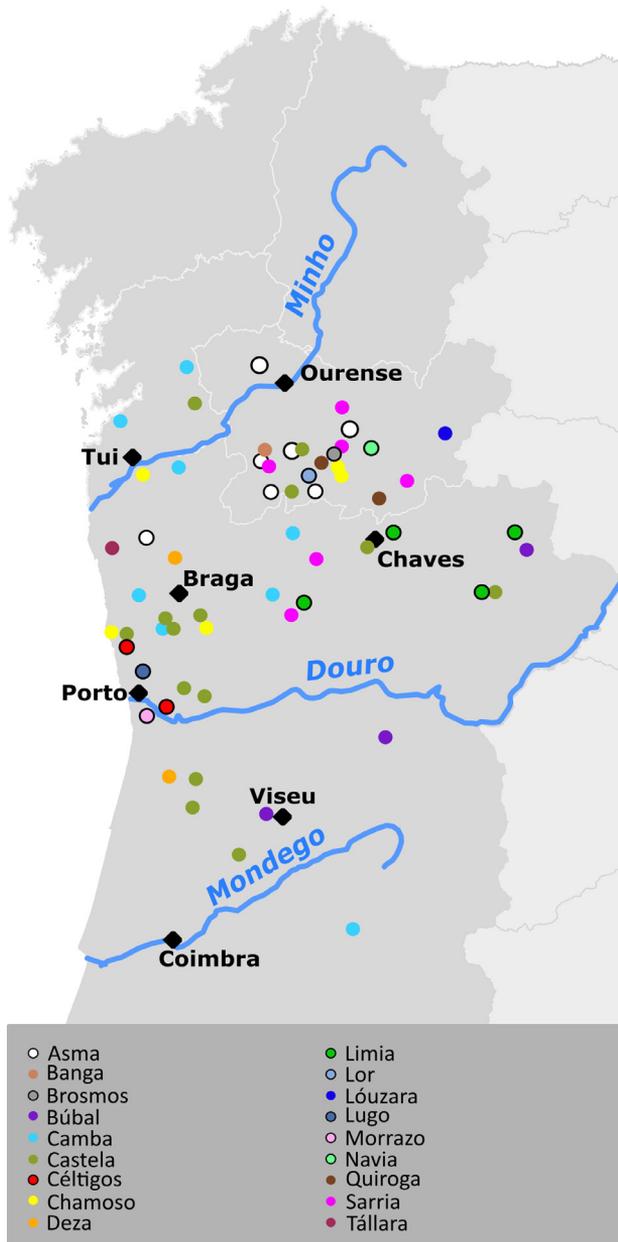
No fim das contas, a linha de pesquisa colocada e desenvolvida neste contributo patenteia, mais uma vez, como pode ser produtivo o estudo crítico e documentado dos elementos toponímicos para o conhecimento de fenómenos históricos a envolverem diferentes dinâmicas populacionais e de reocupação e reorganização dos espaços.

#### 4. Apêndices cartográficos



Mapa 1. Corónimos-base e extensão (aproximativa) dos seus referentes territoriais

<sup>30</sup> Merece, no entanto, alguma consideração um dado: enquanto os descendentes do tipo demonímico *\*ASMANOS* se concentram nas margens da antiga *terra* medieval da Límia, o único exemplo que conhecemos para o tipo *\*ASMENSES* não só fica de fora dessa área, senão que se situa bastante mais a norte dos itens anteriores, na margem direita do rio Minho. Esta desconexão talvez esteja a apontar para uma formação mais antiga do tipo *\*ASMENSES*, o qual, numa altura determinada do processo expansivo, terá vindo a ser banido pelo derivado *\*ASMANOS*, único conhecido nas comarcas mais meridionais.



Mapa 2. Distribuição geográfica dos demónimos analisados

## Bibliografía

### 1. Obras consultadas

- Álvarez Pérez, Xosé Afonso; Varela Martínez, Xacinta; Santamarina Fernández, Antón (2006): “Permanencia de léxico antigo no galego actual: o caso de *quiroga*”, en *Lingua e territorio*, Rosario Álvarez; Francisco Dubert; Xulio Sousa Fernández (eds.), pp. 257-307. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Consello da Cultura Galega.
- Alves, Adalberto (2013): *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- Ares Vázquez, Nicandro (2007): “Toponimia do concello do Corgo”. *Lvcensia* XVII / 34: 37-62.
- Autor (no prelo): “Toponímia e fonética histórica no domínio galego-português: notas para uma linha de trabalho”. *Estudis Romànics*.
- Baliñas, Carlos (1994): “La reconquista gallega del Norte de Portugal: una reaproximación”, en *For Derek W. Lomax in Memoriam*, Trevor J. Dadson; R. J. Oakley; P. A. Odber de Baubeta (eds.), pp. 17-31. Lewiston: The Edwin Mellen Press.
- Baliñas, Carlos (1998): *Gallegos del año mil*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.
- Bascuas, Edelmiro (2006): *Hidronimia y léxico de origen paleoeuropeo en Galicia*. Sada: Ediciós do Castro.
- Bascuas, Edelmiro (2014): *Novos estudos de hidronimia paleoeuropea galega*. Vigo: Universidade de Vigo.
- Carvalho da Costa, António (1706-1712): *Corografía Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes.
- Catalán, Diego (1958): “Hacia un atlas toponímico del diminutivo *-inu* en la toponimia hispano-románica”. *Boletim de Filologia* 17: 257-292.
- Costas González, Xosé-Henrique (2016): *Os xentilicios de Galicia e dos outros territorios de lingua galega*. Vigo: Universidade de Vigo.
- Cunha Serra, Pedro (1967): *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste peninsular*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- DCECH = Coromines, Joan; Pascual, José Antonio (1980-1991): *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos.
- Dias, Maria Alice Borba Lopes (1982): *Ilha Terceira. Estudo de linguagem e etnografia*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura / Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- DOELP = Machado, José Pedro (1993): *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Durany Castrillo, Mercedes *et al.* (2011): “A Terra da Limia na Idade Media”. *Lethes* 10: 160-179.
- Fernandes, Armando de Almeida (1968): *Notas às origens portuguesas (sécs. V-XII)*. Separata de *O Tripeiro*, série VI, anos VII-VIII.
- Fernandes, Armando de Almeida (1999): *Toponímia portuguesa. Exame a um dicionário*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense / Câmara Municipal de Tarouca.
- Fernandes, Armando de Almeida (2001): *Toponímia de Ponte de Lima* (2 volumes). Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima.

- Fernández Rei, Francisco (1990): *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- Fernández Rodríguez, Manuel (1960): “La terra medieval de Taraes”. *Cuadernos de Estudios Gallegos* XV / 45: 5-14.
- Fernández Rodríguez, Manuel (2004): *Toronium: aproximación a la historia de una tierra medieval*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento” / Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- GDLP = Morales Silva, António de (1949-1959): *Grande dicionário da língua portuguesa (1789). 10ª edição, revisada, corrigida, muito aumentada e actualizada segundo as regras do Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 10 de agosto de 1945*. Lisboa: Confluência.
- López Alsina, Fernando (1988): *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela: Concello de Santiago de Compostela / Centro de Estudios Jacobeos / Museo Nacional de las Peregrinaciones.
- Méndez, Luz; Navaza, Gonzalo (2002): “Xentilicios e nomes persoais na toponimia de Chantada”, *A lingua galega, historia e actualidade. Acta do I Congreso Internacional (Santiago de Compostela, 16-20 de setembro de 1996)*, Rosario Álvarez Blanco / Francisco Fernández Rei / Antón Santamarina (eds.), vol. III, pp. 523-532. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Consello da Cultura Galega.
- Muñiz López, Iván (2007): “San Rosendo y su familia: bases de poder de la aristocracia asturleonense en la Asturias de los siglos IX y X”. *Territorio, sociedad y poder* 2: 221-264.
- Navaza, Gonzalo (2006): *Fitotoponimia galega*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.
- Silva, Maria Bértila de Andrade (1944): *Falares da Região de Tondela. Contribuição para o estudo da linguagem da Beira-Baixa*. Dissertação de licenciatura. Universidade de Lisboa.
- Silveira, Joaquim de (1935): “Toponimia portuguesa (esboços)”. *Revista Lusitana* XXXIII / 1-4: 233-268.
- Soares, Torquato de Sousa (1981): “Despovoamento e repovoamento do Norte de Portugal nos sécs. VIII ao XI”, *Revista Portuguesa de História*, 19, 1-13.
- SOUSA, José Alexandre Ribeiro de (2016): *In finibus Gallecie. A Reconquista no actual território português. O contexto de um processo dinâmico (868-1064)*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.

## 2. Fontes documentais

- CAr = Souto Cabo, José António (2011): “A cessão do mosteiro de Armeses à condessa D<sup>a</sup> Sancha Fernandes (1222). Intersecções escriturais no primeiro documento romance da Galiza”. *Revista Galega de Filoloxía* 12: 217-243.
- CBF = Durand, Robert (1971): *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português.
- CMF = Marques, José (2016): *O cartulário do mosteiro de Fiães (Vol. 1 - Introdução, transcrição, índices. Vol. 2 - Facsímile)*, Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço.
- DEPA = Floriano Cumbreño, Antonio (1949-1951): *Diplomática española del periodo astur*. Uviéu: Diputación Provincial de Oviedo.
- DGP = Souto Cabo, José António (2008): *Documentos galego-portugueses dos sécs. XII e XIII*. A Coruña: Universidade da Coruña.
- HSISC = López Ferreiro, Antonio (1898-1909): *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago*. Santiago de Compostela: Imp. y Enc. del Seminario Conciliar Central.
- Inq1258 = *Portvgaliae Monvmenta Historica. A Saecvlo Octavo Post Christvm Vsque Ad*

*Qvintvmdecimvm Ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis Edita – Inquisitiones.* Lisboa: Academia das Ciências.

Inq1288 = Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (ed.): *Portvgaliae Monvmenta Historica. A Saecvlo Octavo Post Christvm Vsque Ad Qvintvmdecimvm Ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis Edita. Inquisitiones – Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e execuções de 1291.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda / Academia das Ciências de Lisboa.

LCFA = Sáez Sánchez, Carlos; González de la Peña, María del Val (2005): *La Coruña. Fondo antiguo (788-1065).* Universidad de Alcalá: Servicio de Publicaciones.

LPCoi = Rodrigues, Manuel Augusto; Costa, Avelino de Jesus da (1999): *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra.* Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

PMH = *Portvgaliae Monvmenta Historica. A Saecvlo Octavo Post Christvm Vsque Ad Qvintvmdecimvm Ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis Edita – Diplomata et Chartae,* Lisboa, Academia das Ciências, 1867.

SCR = Lucas Álvarez, Manuel; Lucas Domínguez, Pedro (1996): *El monasterio de San Clodio do Ribeiro en la Edad Media: estudio y documentos.* Sada (A Coruña): Ediciós do Castro.

SMO = Romani Martínez, Miguel (1989): *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense).* Santiago de Compostela: Tórculo.

SSCh = Fernández de Viana y Vieites, José Ignacio (1968): “Los dos primeros documentos del monasterio de San Salvador de Chantada”. *Compostellanum* XIII / 2: 339-352.

SMP = Fernández de Viana y Vieites, José Ignacio (1995): *Colección diplomática del monasterio de Santa María de Pantón.* Lugo: Deputación Provincial de Lugo.

SVP = Lucas Álvarez, Manuel; Lucas Domínguez, Pedro (1996): *El priorato benedictino de San Vincenzo de Pombeiro y su colección diplomática en la Edad Media.* Sada (A Coruña): Ediciós do Castro.

ToA = Lucas Álvarez, Manuel (1998): *Tombo A de la Catedral de Santiago.* Santiago de Compostela: Cabido da S. A. M. I. Catedral / Seminario de Estudos Galegos.

TTto = Pérez Rodríguez, Francisco Javier (2004): *Os documentos do Tombo de Toxos Outos.* Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

VFD = Ferro Couselo, Xesús (1967): *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos sécs. XIII ao XVI.* Vigo: Galaxia.